



# Demonstrações financeiras **2025**

**Arinos Energias Renováveis S.A.**  
**CNPJ: 45.437.504/0001-01**

## SUMÁRIO

<b>DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO</b> .....	<b>4</b>
Principais indicadores .....	4
Custos e outros resultados operacionais .....	5
Ebitda e margem Ebitda .....	6
Resultado financeiro .....	7
Lucro líquido.....	7
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b> .....	<b>8</b>
Balancos patrimoniais .....	8
Demonstrações do resultado .....	9
Demonstrações do resultado abrangente .....	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	11
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	12
Notas explicativas da Diretoria para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 .....	13
1. Informações gerais.....	13
2. Apresentação das demonstrações financeiras.....	16
3. Resumo das políticas contábeis materiais.....	17
4. Gestão de riscos do negócio.....	20
5. Caixa e equivalentes de caixa .....	22
6. Clientes.....	23
7. Tributos a recuperar e a recolher.....	24
8. Investimentos .....	25
9. Imobilizado .....	26
10. Intangível.....	27
11. Fornecedores .....	29
12. Encargos setoriais.....	29
13. Partes relacionadas.....	30
14. Provisões para descomissionamento de ativos.....	31
15. Patrimônio líquido.....	32
16. Receita operacional líquida.....	32
17. Energia elétrica vendida e encargos de uso da rede .....	33

18. Resultado financeiro.....	34
19. Apuração do imposto de renda e contribuição social e tributos diferidos .....	35
20. Lucro por ação .....	35
21. Instrumentos financeiros .....	36
22. Seguros .....	38
23. Transações não caixa .....	38
<b>Membros da Governança .....</b>	<b>39</b>
<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas .....</b>	<b>40</b>

## DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Nessa seção do documento, são apresentados os principais eventos do exercício-base desta demonstração financeira, em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

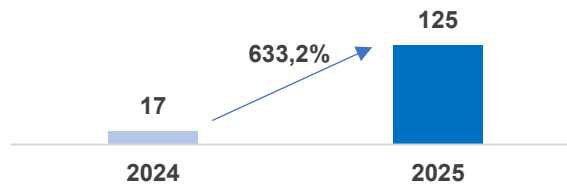
### Principais indicadores

	Consolidado		
	2025	2024	Varição
<b>Indicadores econômicos</b>			
Receita operacional bruta	129.552	17.669	633,2%
(-) Deduções à receita operacional	(4.729)	(645)	633,2%
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>124.823</b>	<b>17.024</b>	<b>633,2%</b>
(-) Custos e outros resultados operacionais	(84.460)	(7.980)	958,4%
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>	<b>40.363</b>	<b>9.044</b>	<b>346,3%</b>
Ebitda	90.695	13.384	577,6%
Margem Ebitda - %	72,7%	78,6%	-5,9 p.p.
Resultado financeiro	(126)	4.164	-103,0%
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>40.237</b>	<b>13.208</b>	<b>204,6%</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>34.212</b>	<b>11.477</b>	<b>198,1%</b>
Margem líquida - %	27,4%	67,4%	-40,0 p.p.
Quantidade de ações	1.352.570	1.205.237	12,2%
Lucro líquido básico e diluído por ação (Controladora)	0,02529	0,00952	165,6%

Ebitda - Earnings before Interest, Taxes, Depreciation, and Amortization

A receita operacional líquida consolidada foi de R\$ 124,8 milhões no ano de 2025, representando um crescimento de R\$ 107,8 milhões em relação ao ano de 2024. Sobre essa variação vale destacar a entrada em operação de todo o parque solar e medição ao longo do exercício, uma vez que em 2024, nem todas as instalações estavam operando por todo o exercício:

### Receita operacional líquida (R\$ milhões)

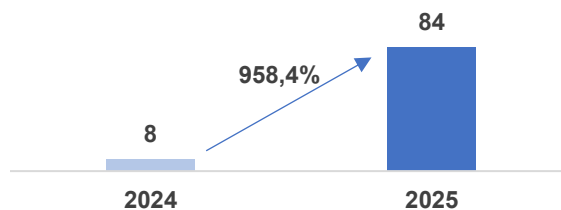


## Custos e outros resultados operacionais

	Consolidado		
	2025	2024	Varição
Pessoal	(3.630)	(9)	40.233,3%
Material	(406)	-	100,0%
Serviços de terceiros	(4.807)	(37)	12.891,9%
Depreciação e amortização	(50.332)	(4.340)	1.059,7%
Encargos de uso da rede elétrica	(20.689)	(3.310)	525,0%
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)	(1.072)	-	100,0%
Seguros	(875)	-	100,0%
Aluguéis	(847)	-	100,0%
Reversões de provisões para riscos	-	(90)	-100,0%
Outros	(1.802)	(194)	828,9%
	<b>(84.460)</b>	<b>(7.980)</b>	<b>958,4%</b>

Os custos e outros resultados operacionais apresentaram crescimento de R\$ 76,5 milhões, quando comparado com o exercício anterior. A respeito dessa variação, vale destacar o início das operações de todo o parque e o reconhecimento pelo exercício completo. O destaque fica para as rubricas de depreciação e amortização seguida dos encargos e taxa de fiscalização.

### Custos e outros resultados operacionais (R\$ milhões)



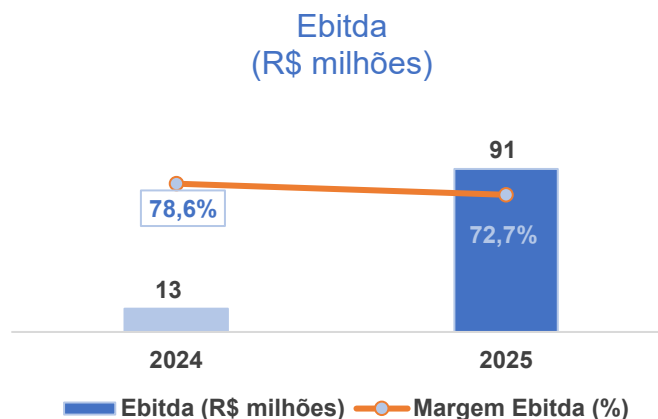
## Ebitda e margem Ebitda

	Consolidado		
	2025	2024	Varição
Lucro líquido do exercício	34.212	11.477	198,1%
Imposto de renda e contribuição social	6.025	1.731	248,1%
Resultado financeiro (líquido)	126	(4.164)	-103,0%
Depreciação e amortização	50.332	4.340	1.059,7%
<b>Ebitda</b>	<b>90.695</b>	<b>13.384</b>	<b>577,6%</b>
<i>Margem Ebitda</i>	<i>72,7%</i>	<i>78,6%</i>	<i>-5,9 p.p.</i>

O Ebitda é uma medição não contábil que toma como base as disposições da Instrução CVM nº 156/2022. É calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

A Diretoria da Companhia acredita que o Ebitda fornece uma medida útil de seu desempenho, tratando-se de um indicador que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar o desempenho e comparar empresas. O Ebitda não deve ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez.

O Ebitda medido em 2025 acumulou R\$ 90,7 milhões o que representa um aumento de R\$ 77,3 milhões quando comparado ao Ebitda apurado no ano de 2024, os efeitos medidos representam a entrada em operação do parque gerador.



## Resultado financeiro

	Consolidado		Variação
	2025	2024	
<b>Receitas</b>			
Rendimento de aplicações financeiras	6.551	4.206	55,8%
Variações monetárias	18	26	-30,8%
Outros	(6)	(20)	-70,0%
	<b>6.563</b>	<b>4.212</b>	<b>55,8%</b>
<b>Despesas</b>			
Ajuste a valor presente (AVP)	(6.655)	-	100,0%
Outros	(34)	(48)	-29,2%
	<b>(6.689)</b>	<b>(48)</b>	<b>13835,4%</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(126)</b>	<b>4.164</b>	<b>-103,0%</b>

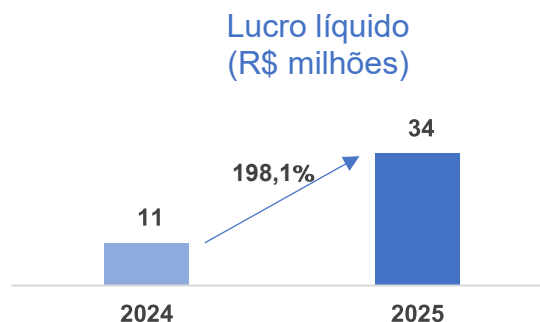
AVP – Ajuste a Valor Presente

O resultado financeiro líquido apresentado em 2025 foi negativo em R\$ 0,1 milhões, representando uma piora de R\$ 4,2 milhões em relação ao ano de 2024. Acerca dessa variação negativa, vale destacar:

- Registro de R\$ 6,7 milhões na despesa de atualização monetária referente à provisão constituída para desmobilização do parque. Tal provisão será atualizada regularmente com base em IPCA;
- Crescimento no rendimento de aplicações financeiras R\$ 2,3 milhões, principalmente pelo maior saldo médio de caixa no período, compensando parcialmente a variação negativa do resultado financeiro.

## Lucro líquido

Com a medição de seu primeiro exercício operacional completo, o lucro líquido em 2025 foi de R\$ 34,2 milhões, o que representa um crescimento de R\$ 22,73 milhões na comparação com o exercício de 2024.



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## Balanços patrimoniais

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	825	719	74.404	54.304
Clientes	6	-	-	5.175	-
Tributos a recuperar	7	75	53	75	53
Partes relacionadas	13.3	-	-	7.194	5.826
Outros créditos		2	59	1.891	100
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>902</b>	<b>831</b>	<b>88.739</b>	<b>60.283</b>
<b>Não circulante</b>					
Realizável a longo prazo					
Outros créditos		-	-	16	-
		-	-	<b>16</b>	-
Investimentos	8	1.348.936	1.268.194	-	-
Imobilizado	9	-	3.834	1.273.513	1.277.068
Intangível	10	-	-	75.783	77.644
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.348.936</b>	<b>1.272.028</b>	<b>1.349.312</b>	<b>1.354.712</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.349.838</b>	<b>1.272.859</b>	<b>1.438.051</b>	<b>1.414.995</b>

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	11	4	6	17.565	129.618
Salários, provisões e contribuições sociais		-	506	625	506
Tributos a recolher	7	-	-	10.567	12.524
Encargos setoriais	12	-	-	89	-
Outras obrigações		-	-	2	-
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>4</b>	<b>512</b>	<b>28.850</b>	<b>142.648</b>
<b>Não circulante</b>					
Provisões para descomissionamento de ativos	14	-	-	59.367	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>59.367</b>	<b>-</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>4</b>	<b>512</b>	<b>88.217</b>	<b>142.648</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	15				
Capital social		1.303.051	1.259.776	1.303.051	1.259.776
Reserva legal		2.339	629	2.339	629
Reserva de retenção de lucros		44.444	11.942	44.444	11.942
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.349.834</b>	<b>1.272.347</b>	<b>1.349.834</b>	<b>1.272.347</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.349.838</b>	<b>1.272.859</b>	<b>1.438.051</b>	<b>1.414.995</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do resultado

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>16.1</b>	-	-	<b>124.823</b>	<b>17.024</b>
<b>Custos operacionais</b>					
Pessoal		-	-	(3.623)	-
Material		-	-	(406)	-
Serviços de terceiros		-	-	(4.720)	(5)
Depreciação	9.2	-	-	(47.906)	(4.340)
Encargos de uso da rede elétrica	17.2	-	-	(20.689)	(3.310)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)		-	-	(1.072)	-
Seguros		-	-	(875)	-
Aluguéis		-	-	(847)	-
Outros		-	-	(406)	-
		-	-	<b>(80.544)</b>	<b>(7.655)</b>
<b>Resultado bruto</b>		-	-	<b>44.279</b>	<b>9.369</b>
<b>Outros resultados operacionais</b>					
Pessoal		(7)	(9)	(7)	(9)
Serviços de terceiros		(76)	(32)	(87)	(32)
Amortização	10.2	-	-	(2.426)	-
Reversões de provisões para riscos		-	(90)	-	(90)
Outros		(3)	(7)	(1.396)	(194)
		<b>(86)</b>	<b>(138)</b>	<b>(3.916)</b>	<b>(325)</b>
<b>Resultado de participações societárias</b>					
Equivalência patrimonial	8.2	34.189	11.267	-	-
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>		<b>34.103</b>	<b>11.129</b>	<b>40.363</b>	<b>9.044</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>18.1</b>				
Receitas		116	421	6.563	4.212
Despesas		-	(1)	(6.689)	(48)
		<b>116</b>	<b>420</b>	<b>(126)</b>	<b>4.164</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>34.219</b>	<b>11.549</b>	<b>40.237</b>	<b>13.208</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>19.1</b>				
Corrente		(7)	(72)	(6.025)	(1.731)
		<b>(7)</b>	<b>(72)</b>	<b>(6.025)</b>	<b>(1.731)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>34.212</b>	<b>11.477</b>	<b>34.212</b>	<b>11.477</b>
Lucro líquido básico e diluído por ação	20	0,02529	0,00952	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do resultado abrangente

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Lucro líquido do exercício	34.212	11.477
Outros resultados abrangentes do exercício		
Itens que não serão reclassificados para o resultado	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	34.212	11.477

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social		Reservas		Lucros acumulados	Patrimônio líquido da Controladora e Consolidado
	Subscrito	A integralizar	Legal	Retenção de lucros		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.352.570</b>	<b>(92.794)</b>	<b>629</b>	<b>11.942</b>	<b>-</b>	<b>1.272.347</b>
Resultado abrangente do exercício						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	34.212	34.212
Contribuições e distribuições aos acionistas	-	-	-	-	34.212	34.212
Integralização de capital	-	43.275	-	-	-	43.275
Reserva legal	-	-	1.710	-	(1.710)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	32.502	(32.502)	-
	-	43.275	1.710	32.502	(34.212)	43.275
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>1.352.570</b>	<b>(49.519)</b>	<b>2.339</b>	<b>44.444</b>	<b>-</b>	<b>1.349.834</b>

	Capital social		Reservas		Lucros acumulados	Patrimônio líquido da Controladora e Consolidado
	Subscrito	A integralizar	Legal	Retenção de lucros		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)</b>	<b>468.570</b>	<b>(100.176)</b>	<b>55</b>	<b>1.039</b>	<b>-</b>	<b>369.488</b>
Resultado abrangente do exercício						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	11.477	11.477
	-	-	-	-	11.477	11.477
Contribuições e distribuições aos acionistas						
Aumento de capital	884.000	(884.000)	-	-	-	-
Integralização de capital	-	891.382	-	-	-	891.382
Reserva legal	-	-	574	-	(574)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	10.903	(10.903)	-
	884.000	7.382	574	10.903	(11.477)	891.382
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.352.570</b>	<b>(92.794)</b>	<b>629</b>	<b>11.942</b>	<b>-</b>	<b>1.272.347</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>					
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		34.219	11.549	40.237	13.208
<b>Ajustes em:</b>					
Equivalência patrimonial	8.2	(34.189)	(11.267)	-	-
Depreciação e amortização	9.2 e 10.2	-	-	50.332	4.340
Resultado na baixa do ativo imobilizado	9.2	-	-	1.300	-
Constituição e variação monetária sobre provisão para riscos		-	90	-	90
AVP sobre descomissionamento de ativos	14.2	-	-	6.655	-
Outras variações		(7)	-	(18)	(26)
<b>Variação nos ativos e passivos</b>					
Clientes		-	-	(5.175)	-
Partes relacionadas		-	-	(1.366)	(5.826)
Fornecedores		(2)	(1)	189.375	120.365
Salários, provisões e contribuições sociais		(506)	200	119	200
Encargos setoriais		-	-	89	-
Provisões para riscos		-	(90)	-	(90)
Impostos, taxas e contribuições		(19)	(100)	(3.884)	9.660
Outras variações ativas e passivas		57	(48)	(1.805)	2.001
<b>Caixa (aplicado nas)/ gerado pelas operações</b>		<b>(447)</b>	<b>333</b>	<b>275.859</b>	<b>143.922</b>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(3)	(41)	(4.102)	(473)
<b>Caixa líquido (aplicado nas)/ gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>(450)</b>	<b>292</b>	<b>271.757</b>	<b>143.449</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>					
Aporte de capital	8.2	(46.553)	(889.773)	-	-
Estorno / adições no ativo imobilizado e intangível	9.2 e 10.2	3.834	(2.033)	(294.932)	(990.378)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		<b>(42.719)</b>	<b>(891.806)</b>	<b>(294.932)</b>	<b>(990.378)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>					
Integralização de capital		43.275	891.382	43.275	891.382
<b>Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>		<b>43.275</b>	<b>891.382</b>	<b>43.275</b>	<b>891.382</b>
<b>Aumento/ (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		719	851	54.304	9.851
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		825	719	74.404	54.304

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Notas explicativas da Diretoria para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Informações gerais

### 1.1. Contexto operacional

A Arinos Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), é uma sociedade por ações de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia é controlada pela China Three Gorges Brasil Energia S.A. (CTG Brasil) que por sua vez é controlada pela China Three Gorges Corporation (CTG), estatal chinesa estrategicamente posicionada no segmento de energia limpa, com presença mundial e foco na geração sustentável.

Na condição de atuar como Holding, tem por objeto a operação e exploração, de forma direta ou por meio das subsidiárias, de direitos decorrentes de contratos de concessão, permissão ou autorização, desenvolver estudo, planejamento, projeto, construção e operação de sistemas de produção e transformação de energia elétrica resultantes da utilização de fontes eólicas e solar. Além da representação de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, por conta própria ou de terceiros e participação em outras sociedades como acionista.

O projeto Arinos, localizado em Minas Gerais, teve início da construção no 2º trimestre de 2023, com capacidade instalada prevista de 336,7 MW, e iniciou suas operações conforme nota explicativa nº 1.3.

### 1.2. Resoluções autorizativas

A tabela a seguir demonstra as resoluções autorizativas das controladas com os montantes de garantia física de energia das usinas solares fotovoltaicas definidas no dia 10 de junho de 2024, publicada a portaria Aneel nº 2.780:

Controladas	Resolução autorizativa Aneel	Usina	Tipo	Unidade Federativa (UF)	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Início da autorização	Vencimento da autorização
Usina Fotovoltaica Arinos C 1 Ltda.	Nº 10.168/2021	Arinos 1	UFV	MG	48,1	14,8	22/06/2021	22/06/2056
Usina Fotovoltaica Arinos C 2 Ltda.	Nº 10.169/2021	Arinos 2	UFV	MG	48,1	14,8	22/06/2021	22/06/2056
Usina Fotovoltaica Arinos C 4 Ltda.	Nº 10.171/2021	Arinos 4	UFV	MG	48,1	14,7	22/06/2021	22/06/2056
Usina Fotovoltaica Arinos C 8 Ltda.	Nº 10.175/2021	Arinos 8	UFV	MG	48,1	14,7	22/06/2021	22/06/2056
Usina Fotovoltaica Arinos C 9 Ltda.	Nº 10.176/2021	Arinos 9	UFV	MG	48,1	14,8	22/06/2021	22/06/2056
Usina Fotovoltaica Arinos C 10 Ltda.	Nº 10.177/2021	Arinos 10	UFV	MG	48,1	14,7	22/06/2021	22/06/2056
Usina Fotovoltaica Arinos C 32 Ltda.	Nº 11.413/2022	Arinos 32	UFV	MG	48,1	15,0	01/04/2022	01/04/2057
					<b>336,7</b>	<b>103,5</b>		

Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica / MG – Minas Gerais / MW - Megawatt

### 1.3. Despachos de operação em teste e comercial

Entidade	Usina	Operação em teste			Operação comercial			
		Despacho	Data do despacho	Data de início	Despacho	Data do despacho	Data de início	UGs autorizadas
Usina Fotovoltaica Arinos C 1 Ltda.	Arinos 1	3.516	19/11/2024	19/11/2024	1.151	16/04/2025	17/04/2025	1 a 161
Usina Fotovoltaica Arinos C 2 Ltda.	Arinos 2	3.496	18/11/2024	14/11/2024	3.809	17/12/2024	17/12/2024	102 a 161
Usina Fotovoltaica Arinos C 4 Ltda.	Arinos 4	3.204	23/10/2024	23/10/2024	1.152	16/04/2025	17/04/2025	1 a 101
Usina Fotovoltaica Arinos C 8 Ltda.	Arinos 8	1.890	26/06/2024	26/06/2024	3.825	19/12/2024	18/12/2024	1 a 161
					2.655	05/09/2024	04/09/2024	55 a 161
					3.656	03/12/2024	30/11/2024	1 a 54
Usina Fotovoltaica Arinos C 9 Ltda.	Arinos 9	1.891	26/06/2024	26/06/2024	2.663	05/09/2024	05/09/2024	1 a 107
					2.794	17/09/2024	17/09/2024	108 a 161
Usina Fotovoltaica Arinos C 10 Ltda.	Arinos 10	2.512	30/08/2024	29/08/2024	3.172	21/10/2024	19/10/2024	1 a 161
Usina Fotovoltaica Arinos C 32 Ltda.	Arinos 32	3.690	04/12/2024	04/12/2024	1.150	16/04/2025	17/04/2025	1 a 161

UGs – Unidades Geradoras

Conforme os despachos apresentados no quadro anterior, as Controladas foram liberadas para operação em teste e comercial. A energia produzida durante o período de teste foi liquidada no Mercado de Curto Prazo (MCP), atrelado ao Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), por meio da CTG Brasil Negócios de Energia S.A. (“CTG NE”) que representa as Controladas junto a CCEE.

### 1.4. Companhias controladas

A Companhia detém 100% de participação em 7 sociedades limitadas denominadas Usina Fotovoltaica Arinos Ltda., todas com sede na Fazenda Formosa, Zona Rural, na cidade de Arinos, Estado de Minas Gerais, conforme quadro a seguir:

Usina Fotovoltaica Arinos C 1 Ltda.	Usina Fotovoltaica Arinos C 32 Ltda.	Usina Fotovoltaica Arinos C 8 Ltda.	Usina Fotovoltaica Arinos C 10 Ltda.
Usina Fotovoltaica Arinos C 2 Ltda.	Usina Fotovoltaica Arinos C 4 Ltda.	Usina Fotovoltaica Arinos C 9 Ltda.	

Essas controladas têm por objeto social a geração de energia elétrica de fonte solar e, em razão da atividade exercida integram todas as ações necessárias à estruturação, ao desenvolvimento, a implantação e a exploração do parque fotovoltaico denominado “UFV Arinos”.

### 1.5. Lei nº 15.269/2025 (decorrente da MP nº 1.304/2025) – Modernização do Setor Elétrico

A Lei nº 15.269/2025 publicada em 24 de novembro de 2025 introduz alterações relevantes do setor elétrico que afetam Companhia e suas controladas, como a possibilidade de renovação de concessões, alteração nas regras de autoprodução de energia, armazenamento, regras para ressarcimento de cortes de geração (*curtailment*), negociação de energia incentivada no mercado livre, limites das revisões de garantias físicas, tarifas, encargos e descomissionamento de usinas, com o objetivo de promover a modicidade tarifária, a segurança energética e a sustentabilidade do setor.

#### 1.5.1. Ressarcimento dos cortes de geração (*curtailment*):

A Lei estabeleceu a possibilidade de ressarcimento pelos cortes de geração (*curtailment*) aplicáveis a geradores renováveis, incluindo fontes eólicas e solares, decorrentes de razões

elétricas e de confiabilidade, ampliando o escopo anteriormente restrito aos cortes exclusivamente por razões elétricas.

A regulamentação aplicável trata, neste momento, apenas do período passado, compreendido entre 01 de setembro de 2023 e 15 de novembro de 2025, período no qual as Controladas encontravam-se em operação comercial, conforme descrito na nota explicativa nº 1.3, fazendo jus, portanto, ao eventual ressarcimento relacionado a esses cortes.

Os critérios detalhados para apuração e homologação dos valores a serem ressarcidos ainda estão em discussão no âmbito da consulta pública Ministério de Minas e Energia (MME) nº 210/2025, não concluída até a presente data. Dessa forma, embora já tenham sido realizados cálculos preliminares dos valores potencialmente ressarcíveis, o montante final dependerá da conclusão do processo regulatório e posterior homologação pelos órgãos competentes, notadamente o ONS e a Aneel.

Até o momento, não há definição regulatória quanto ao ressarcimento de cortes de geração para períodos futuros.

## 1.6. Eventos tributários

### 1.6.1. Reforma tributária

Em 16 de janeiro de 2025, o Projeto de Lei Complementar nº 68/2024 foi sancionado, convertendo-se na Lei Complementar nº 214/2025, com vetos parciais, regulamentando dispositivos da Emenda Constitucional nº 132/2023 e instituindo a nova estrutura do sistema tributário nacional.

A partir de 2026, inicia-se o período de testes da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). A CBS substituirá o PIS e a COFINS a partir de 2027, enquanto o ICMS e o ISS serão gradualmente substituídos pelo IBS até 2032, com aplicação plena em 2033. A nova sistemática elimina a cumulatividade, adota a tributação “por fora” e consolida a incidência no destino.

Para o setor de energia elétrica, a Lei Complementar nº 214/2025 estabelece o regime de diferimento da CBS e do IBS, nos termos do artigo 28, nas operações que não sejam destinadas a consumidores finais.

A Companhia e suas controladas realizaram a análise dos efeitos do novo modelo tributário e concluiu os ajustes sistêmicos necessários. Em dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas finalizaram os ajustes em seus sistemas para viabilizar o destaque da CBS e do IBS a partir de 1º de janeiro de 2026. Adicionalmente, a Companhia e suas Controladas já consideram as regras da reforma tributária, inclusive as disposições transitórias, na negociação e formalização de novos contratos no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

### 1.6.2. Efeitos da Lei Complementar nº 224/2025

Em 26 de dezembro de 2025, o Projeto de Lei Complementar nº 128/2025 foi sancionado, convertendo-se na Lei Complementar nº 224/2025, que promoveu ajustes na legislação tributária federal, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026, observadas as regras de anterioridade aplicáveis.

No regime do lucro presumido, aplicado para as Controladas, a Lei Complementar nº 224/2025 determinou o acréscimo de 10% nos percentuais de presunção da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, aplicáveis à parcela da receita bruta anual que exceder R\$ 5 milhões, observada a proporcionalidade por período de apuração.

Adicionalmente, a norma elevou a alíquota do imposto de renda retido na fonte incidente sobre os Juros sobre o Capital Próprio (JSCP) de 15% para 17,5%, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026.

A Companhia e suas controladas avaliaram, os potenciais efeitos das alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 224/2025, considerando sua estrutura operacional e os regimes de tributação aplicáveis, e continuará acompanhando a regulamentação infralegal e a evolução da interpretação pelas autoridades fiscais, a fim de monitorar eventuais impactos futuros.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras

### 2.1. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras para publicação e encaminhamento aos acionistas foi autorizada em 26 de fevereiro de 2026.

### 2.2. Base de preparação e mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro IFRS *Accounting Standards*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas “normas contábeis IFRS”), e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPCs, os quais foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

### 2.3. Moeda funcional e moeda de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão apresentadas em reais, moeda funcional utilizada pela Companhia, que melhor representa suas operações e respectivo fluxo de caixa.

### 2.4. Continuidade operacional

A Diretoria avaliou a capacidade da Companhia e suas Controladas em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Assim, conforme CPC 26 / IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

### 2.5. Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como

a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- i. Provisões para descomissionamento de ativos (nota explicativa nº 14);

## 2.6. Base de consolidação

Nas demonstrações financeiras da Controladora os investimentos nas empresas controladas possuem seu valor contábil aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da investidora no lucro, no prejuízo e em outros resultados abrangentes gerados pelas investidas, após a aquisição.

As distribuições de resultados reduzem o valor contábil dos investimentos.

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Os principais procedimentos para a consolidação foram a eliminação de investimentos da Controladora nas suas controladas; eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e as suas controladas, bem como das contas mantidas entre essas controladas e destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais, nas demonstrações do resultado e nas demonstrações dos resultados abrangentes.

Também, as transações entre as entidades controladas e os ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Companhia.

A posição dos investimentos em 31 de dezembro de 2025 está descrita na nota explicativa nº 8.

## 3. Resumo das políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

### 3.1. Participação nos lucros

O Programa de Participações no Resultado (PPR) é um programa de engajamento com os resultados da Companhia, regulamentado pela Lei 10.101/00. É uma ferramenta de remuneração

por desempenho, composto por regras de atingimento dos resultados com base em indicadores corporativos e individuais, cuja participação abrange todos os empregados ativos, sendo firmado mediante acordos coletivos com sindicatos para uma vigência anual.

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de PPR ao longo do exercício.

### 3.2. *Impairment*

A Companhia e suas controladas testam a recuperabilidade de seus ativos, imobilizados e intangíveis, quando há algum indicativo que sugira a possibilidade de desvalorização deste ativo. Os ativos são segregados como unidade geradora de caixa, e o teste tem como metodologia do fluxo de caixa descontado que depende de diversas estimativas, que são influenciadas pelas condições de mercado vigentes no momento da avaliação.

#### 3.2.1. *Impairment de ativos não financeiros*

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente Unidade Geradora de Caixa (UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

Conforme análise realizada, não foram identificados indicativos de *impairment* no exercício. Os ativos continuam apresentando condições normais de uso e geração de benefícios econômicos. Assim, não houve necessidade de realizar teste detalhado de recuperabilidade.

#### 3.2.2. *Impairment de ativos financeiros*

A Companhia e suas Controladas avaliam as informações prospectivas, das perdas esperadas de crédito associadas aos seus ativos financeiros, para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. As avaliações são realizadas de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, com objetivo de atender os requisitos da redução ao valor recuperável.

Para os ativos não circulantes da Companhia e de suas controladas, não foram identificados indicativos de *impairment*, tampouco a necessidade de reconhecimento de quaisquer perdas pela não realização desses ativos.

### 3.3. Provisões para riscos e contingências

As provisões para as perdas decorrentes dos riscos classificados como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que:

- i. haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados;
- ii. é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e
- iii. o valor puder ser estimado com segurança.

As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas em notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, a Sociedade considera sua divulgação justificada.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Diretoria da Companhia, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações classificadas como prováveis, relacionadas às ações em que é citada, quando é exigido depósito judicial para alguma ação, essa provisão é apresentada líquida de seu respectivo depósito.

Para o exercício base destas demonstrações financeiras, a Companhia e suas Controladas não possuem causas prováveis e nem possíveis para registro e/ou divulgação.

#### 3.4. Adoção as normas de contabilidade novas e revisadas

Os pronunciamentos novos e alterados que entraram em vigência a partir de 01 de janeiro de 2025 não geraram impactos nas demonstrações financeiras consolidadas.

- Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações contábeis (CPC 02 (R2) / IAS 21);
- Créditos de Carbono (tCO<sub>2</sub>e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO) (OCPC 10);
- Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS
  - IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade;
  - IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação;
  - IFRS 9 Instrumentos Financeiros;
  - IFRS 10 Demonstrações Consolidadas; e
  - IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Os pronunciamentos alterados que entraram em vigência a partir de 01 de janeiro de 2026 não possuem expectativas de impactos nas demonstrações financeiras consolidada.

- Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7 / CPC 40);
- Instrumentos Financeiros (IFRS 9 / CPC 48).

Os pronunciamentos novos que entrarão em vigência a partir de 01 de janeiro de 2027 possuem expectativas de impactos nas demonstrações financeiras consolidadas.

- Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras (IFRS 18 / CPC 51); cuja avaliação e tratativas estão em andamento.
- Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (IFRS19).

## 4. Gestão de riscos do negócio

### 4.1. Riscos financeiros

As atividades da Companhia e suas Controladas a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de *curtailment*, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia e suas Controladas se concentram na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e suas Controladas.

A gestão de risco é realizada pela Companhia e suas Controladas, seguindo as políticas aprovadas pela Diretoria que identifica, avalia e protege a Sociedade contra eventuais riscos financeiros.

#### 4.1.1. Risco de mercado

##### 4.1.1.1. Risco em renováveis não-hídricas – *Curtailment*

A Companhia e suas Controladas estão sujeitas a eventos de *curtailment* em seus empreendimentos de geração solar, decorrentes de determinações do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para a redução da geração, em função de restrições operativas do Sistema Interligado Nacional (SIN), incluindo, entre outras, limitações no escoamento da energia pela rede de transmissão, requisitos de segurança do sistema ou variações na carga demandada.

Nessas circunstâncias, as Controladas podem ter sua geração reduzida, ainda que haja disponibilidade do recurso energético, impactando o montante de energia efetivamente gerado no exercício.

A redução da geração poderá resultar em diferenças entre as energias contratada e efetivamente gerada, uma vez que as Controladas são expostas ao MCP, conforme as regras vigentes do setor elétrico e seus perfis de contratação e, conforme nota explicativa nº 1.3, os efeitos financeiros da energia gerada são reconhecidos na CTG NE.

##### 4.1.1.2. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e suas Controladas decorre de caixa e equivalentes de caixa. O impacto causado pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (DI) é minimizado pela remuneração das aplicações financeiras pelo DI e pelos preços nos contratos de venda de energia elétrica que também estão indexados à variação dos índices IPCA ou Índice Geral de Preço do Mercado (IGP-M).

#### 4.1.2. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

No caso de clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada, exposição no mercado das empresas do setor energético e outros fatores.

O preço da energia elétrica vendida para a CTG NE é determinado nos contratos bilaterais está no nível dos preços fechados no mercado.

#### 4.1.3. Risco de liquidez

A Companhia e suas Controladas monitoram as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A Companhia e suas Controladas fazem a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Essa previsão leva em consideração os planos de cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências legais ou regulatórias externas.

A Companhia e suas Controladas investem o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas.

#### 4.2. Risco de regulação

As atividades da Companhia e suas Controladas, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Aneel. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia e suas Controladas.

#### 4.3. Risco ambiental

As atividades e instalações da Companhia e suas Controladas estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como às diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Adicionalmente, eventual impossibilidade de a Companhia e suas controladas operarem suas usinas em virtude de autuações ou processos de cunho ambiental poderá comprometer a geração de receita operacional e afetar negativamente o resultado da Companhia e de suas Controladas.

A Companhia e suas Controladas utilizam-se da política de gestão de Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Qualidade para assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, e com isso, minimizando os riscos.

#### 4.4. Análise da sensibilidade

A Companhia e suas Controladas, em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulga quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Diretoria, originado por instrumentos financeiros, compostos por aplicações financeiras, ao qual a Sociedade está exposta na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação absoluta entre as taxas e índices vigentes em 31 de dezembro de 2025 e as premissas disponibilizadas por consultoria especializada para o cenário dos próximos 12 meses, conforme demonstrado a seguir:

Instrumentos financeiros	Indexador	Indexador do valor contábil	Indexador do cenário provável	Variação absoluta no cenário provável	Controladora			
					Saldo contábil em 2025	Cenário atual (*)	Cenário provável (**)	Efeito absoluto
<b>Ativos financeiros</b>								
Aplicações financeiras	DI	14,90%	12,40%	250 bps	822	122	102	20
					<b>822</b>	<b>122</b>	<b>102</b>	<b>20</b>

Instrumentos financeiros	Indexador	Indexador do valor contábil	Indexador do cenário provável	Variação absoluta no cenário provável	Consolidado			
					Saldo contábil em 2025	Cenário atual (*)	Cenário provável (**)	Efeito absoluto
<b>Ativos financeiros</b>								
Aplicações financeiras	DI	14,90%	12,40%	250 bps	74.188	11.054	9.199	1.855
					<b>74.188</b>	<b>11.054</b>	<b>9.199</b>	<b>1.855</b>

DI - Depósito interbancário

(\*) composto pela atualização dos saldos contábeis, considerando a variação do indexador do valor contábil nos últimos 12 meses.

(\*\*) reflete a atualização dos saldos contábeis com base no indexador projetado para os próximos 12 meses, de acordo com a mediana das expectativas de mercado em 2026, disponibilizada por consultoria especializada.

#### 4.5. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas Controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia e suas Controladas, a Diretoria efetua ajustes adequando às condições econômicas atuais, revendo assim as políticas de pagamentos de dividendos, devoluções de capital aos acionistas, ou ainda, emitindo novas ações.

### 5. Caixa e equivalentes de caixa

#### 5.1. Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas liquidadas em período igual ou menor a três meses.

As aplicações financeiras correspondem a certificados de depósitos bancários, realizadas com instituições que operam o mercado financeiro nacional contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração próxima ao DI.

Os ganhos e perdas decorrentes de variações nos saldos das aplicações financeiras são apresentados na demonstração do resultado em “resultado financeiro” no exercício em que ocorrem (vide nota explicativa nº 18).

##### 5.1.1. Composição

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixas e bancos	3	40	216	330
Aplicações financeiras	822	679	74.188	53.974
Certificado de depósito bancário (CDB)	822	679	74.188	53.974
	<b>825</b>	<b>719</b>	<b>74.404</b>	<b>54.304</b>

## 5.2. Qualidade de créditos do caixa, equivalentes de caixa

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos, pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

A Companhia e suas Controladas por meio de sua política de Finanças Corporativas, apenas investe seus recursos em instituições financeiras que possuem *rating* mínimo “A” ou equivalente, atribuído por umas das três principais agências de *rating* (Standard & Poor’s, Moody’s ou Fitch), de longo prazo e em moeda local.

Demonstramos a seguir, a qualidade dos créditos do caixa, equivalentes de caixa mantidos pela Companhia e suas Controladas.

### 5.2.1. Composição

Moody's (*)	Fitch (*)	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
AAA	AAA	825	719	74.404	54.304

(\*) Não auditados pelos auditores independentes

## 6. Clientes

### 6.1. Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores referentes ao decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são reconhecidos pelo preço da transação e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

### 6.2. Composição

	Consolidado
	À vencer
	Até 90 dias
Contratos ACL	5.175

### 6.3. Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia ou alguma de suas controladas não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

As faturas emitidas pela Companhia e suas Controladas referentes aos contratos bilaterais, são emitidas com vencimento único no mês seguinte ao do suprimento.

Para o exercício de 31 de dezembro de 2025, não houve constituições de PECLD.

#### 6.4. Qualidade de créditos dos clientes

O risco de crédito dos contratos de venda de energia com os clientes no ACL é minimizado pela análise prévia da área de crédito da Companhia e suas controladas de todos seus potenciais clientes. Esta análise é baseada em informações qualitativas e quantitativas de cada potencial cliente e, a partir dessa análise, é feita a classificação seguindo as premissas do rating interno.

Baseado na política de crédito, todos os contratos bilaterais da Companhia e suas controladas possuem obrigação de entrega de uma modalidade de garantia (entre as quais se destacam: registro contra pagamento, fiança bancária, fiança corporativa e seguro garantia).

Em conjunto com a área de crédito, a área de risco/portfólio, realiza a diversificação da carteira de clientes da Companhia e sua controlada, com o objetivo de diminuir os riscos específicos setoriais e otimizar a liquidez da carteira. Além disso, a área de risco/portfólio controla o consumo e a atualização do limite de crédito concedido pela área de crédito através do indicador de risco *Value at Risk (VaR)*.

## 7. Tributos a recuperar e a recolher

### 7.1. Política contábil

Os impostos correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Diretoria avalia, periodicamente, as posições tributárias assumidas pela Companhia e suas Controladas com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Os impostos correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando houver montantes a recuperar na data do balanço.

### 7.2. Composição

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
<b>Ativo</b>				
Saldo negativo / Antecipações de IRPJ e CSLL	75	53	75	53
	<b>75</b>	<b>53</b>	<b>75</b>	<b>53</b>
<b>Passivo</b>				
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	1.652	437
PIS e COFINS a recolher	-	-	470	207
ICMS a recolher	-	-	8.312	8.257
Impostos retidos a recolher	-	-	133	3.623
	-	-	<b>10.567</b>	<b>12.524</b>

IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica / CSLL – Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido / PIS – Programa de Integração Social / COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social / INSS – Instituto Nacional do Seguro Social / ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços / ISS – Imposto Sobre Serviços

## 8. Investimentos

### 8.1. Política contábil

Os investimentos da Companhia foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial, levando em conta as premissas definidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 18 - Investimento em Coligada, em controlada e Empreendimento controlado em Conjunto.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de seus investimentos foram reconhecidas na demonstração do resultado.

### 8.2. Movimentação

	Participação acionária	2024	Aporte de Capital	Equivalência patrimonial	2025
<b>Controladas</b>					
Usina Fotovoltaica Arinos C 1 Ltda.	100,00%	246.674	2.039	540	249.253
Usina Fotovoltaica Arinos C 2 Ltda.	100,00%	165.170	10.612	5.629	181.411
Usina Fotovoltaica Arinos C 32 Ltda.	100,00%	171.927	13.164	5.153	190.244
Usina Fotovoltaica Arinos C 4 Ltda.	100,00%	172.544	6.188	5.283	184.015
Usina Fotovoltaica Arinos C 8 Ltda.	100,00%	162.355	4.830	6.198	173.383
Usina Fotovoltaica Arinos C 9 Ltda.	100,00%	177.656	4.340	5.542	187.538
Usina Fotovoltaica Arinos C 10 Ltda.	100,00%	171.868	5.380	5.844	183.092
		<b>1.268.194</b>	<b>46.553</b>	<b>34.189</b>	<b>1.348.936</b>

Ao longo do exercício a Companhia realizou aportes de capital nas Controladas em fase de construção, descritas na nota explicativa nº 1.4.

	Participação acionária	2023	Aporte de Capital	Equivalência patrimonial	2024
<i>Não auditado</i>					
<b>Controladas</b>					
Usina Fotovoltaica Arinos C 1 Ltda.	100,00%	49.590	196.496	588	246.674
Usina Fotovoltaica Arinos C 2 Ltda.	100,00%	24.424	140.287	459	165.170
Usina Fotovoltaica Arinos C 32 Ltda.	100,00%	24.717	147.060	150	171.927
Usina Fotovoltaica Arinos C 4 Ltda.	100,00%	24.625	146.981	938	172.544
Usina Fotovoltaica Arinos C 8 Ltda.	100,00%	65.365	93.292	3.698	162.355
Usina Fotovoltaica Arinos C 9 Ltda.	100,00%	92.311	81.571	3.774	177.656
Usina Fotovoltaica Arinos C 10 Ltda.	100,00%	86.122	84.086	1.660	171.868
		<b>367.154</b>	<b>889.773</b>	<b>11.267</b>	<b>1.268.194</b>

### 8.3. Informações financeiras das Controladas

	% de participação da Companhia		Ativos totais		Passivos (Circulante e Não Circulante)		Patrimônio líquido		Receitas		Resultado líquido do exercício	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
<b>Controladas</b>												
Usina Fotovoltaica Arinos C 1 Ltda.	100,00%	100,00%	276.030	321.994	26.777	75.320	249.253	246.674	14.875	-	540	588
Usina Fotovoltaica Arinos C 2 Ltda.	100,00%	100,00%	193.082	169.389	11.671	4.219	181.411	165.170	16.659	372	5.629	459
Usina Fotovoltaica Arinos C 32 Ltda.	100,00%	100,00%	201.885	186.309	11.641	14.381	190.244	171.928	15.075	-	5.153	150
Usina Fotovoltaica Arinos C 4 Ltda.	100,00%	100,00%	195.994	224.206	11.979	51.662	184.015	172.544	19.530	890	5.283	938
Usina Fotovoltaica Arinos C 8 Ltda.	100,00%	100,00%	185.268	180.317	11.885	17.963	173.383	162.354	19.517	5.046	6.198	3.696
Usina Fotovoltaica Arinos C 9 Ltda.	100,00%	100,00%	200.477	188.193	12.939	10.538	187.538	177.655	19.649	6.854	5.542	3.774
Usina Fotovoltaica Arinos C 10 Ltda.	100,00%	100,00%	195.229	195.492	12.137	23.624	183.092	171.868	19.519	3.860	5.844	1.660

## 9. Imobilizado

### 9.1. Política contábil

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia e suas Controladas são apresentados pelo custo histórico ou atribuído, deduzidos das respectivas depreciações. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes aos valores históricos são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil-econômica remanescente em anos ou ao prazo de concessão, dos dois o menor.

Para as Controladas a Companhia considera que não haverá indenização pelo poder concedente ao final do prazo de autorização do valor residual dos bens.

Os valores de depreciação e valores residuais dos ativos são revistos e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados das alienações com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em “Outros resultados operacionais”.

### 9.2. Composição e movimentação

	Controladora			Consolidado			Total
	Máquinas e equipamentos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Descomissionamento de ativos	Veículos	Móveis e utensílios	
<b>Taxa média anual de depreciação</b>	<b>0,0%</b>	<b>3,2%</b>	<b>3,9%</b>	<b>3,2%</b>	<b>11,4%</b>	<b>4,3%</b>	
<b>(A) Imobilizado em curso</b>							
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.834	-	830.861	-	-	-	830.861
Estornos / Adições	(3.834)	-	294.057	-	310	-	294.367
Adiantamentos / Compensações	-	-	(301.428)	-	-	-	(301.428)
Transferências	-	-	(749.251)	-	-	-	(749.251)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	-	74.239	-	310	-	74.549
<b>(B) Imobilizado em serviço</b>							
Custo	-	14.320	436.227	-	-	-	450.547
Depreciação acumulada	-	(100)	(4.240)	-	-	-	(4.340)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	14.220	431.987	-	-	-	446.207
Adições	-	-	-	52.712	-	-	52.712
Baixas	-	-	(1.300)	-	-	-	(1.300)
Transferências	-	19.914	729.247	-	44	46	749.251
Depreciação	-	(1.092)	(45.123)	(1.684)	(5)	(2)	(47.906)
Custo	-	34.234	1.164.160	52.712	44	46	1.251.196
Depreciação acumulada	-	(1.192)	(49.349)	(1.684)	(5)	(2)	(52.232)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	33.042	1.114.811	51.028	39	44	1.198.964
<b>(A+B) Imobilizado líquido</b>	-	33.042	1.189.050	51.028	349	44	1.273.513

	Controladora		Consolidado		
	Máquinas e equipamentos	Total	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Total
<b>Taxa média anual de depreciação</b>	<b>0,0%</b>		<b>0,7%</b>	<b>1,0%</b>	
<b>(A) Imobilizado em curso</b>					
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)	1.801	1.801	-	367.568	367.568
Adições	2.033	2.033	-	913.840	913.840
Transferências	-	-	-	(450.547)	(450.547)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.834	3.834	-	830.861	830.861
<b>(B) Imobilizado em serviço</b>					
Custo	-	-	-	-	-
Depreciação acumulada	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	14.320	436.227	450.547
Depreciação	-	-	(100)	(4.240)	(4.340)
Custo	-	-	14.320	436.227	450.547
Depreciação acumulada	-	-	(100)	(4.240)	(4.340)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	14.220	431.987	446.207
<b>(A+B) Imobilizado líquido</b>	<b>3.834</b>	<b>3.834</b>	<b>14.220</b>	<b>1.262.848</b>	<b>1.277.068</b>

### 9.3. Itens que compõem o imobilizado

#### 9.3.1. Edificações, obras cíveis e benfeitorias

Refere-se a imobilizações em edificações, obras civis e benfeitorias sobre terrenos e, quando for o caso, sobre servidões.

#### 9.3.2. Máquinas e equipamentos

Refere-se a imobilizações de máquinas e equipamentos como, motores, transformadores, medidores, torres, postes e outros com seus acessórios e componentes.

#### 9.3.3. Descomissionamento de ativos

Refere-se às imobilizações relacionadas às obrigações de descomissionamento, desmontagem, retirada definitiva de ativos e restauração das áreas utilizadas ao final de sua vida útil ou quando houver obrigação formal assumida pela Companhia. Abrange os custos estimados para desmantelamento, remoção de estruturas, reorganização das áreas afetadas e recomposição ambiental, mensurados a valor presente e capitalizados ao custo do ativo correspondente, em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC 27 – Ativo Imobilizado.

## 10. Intangível

### 10.1. Política contábil

Os itens que compõem o ativo intangível da Companhia são apresentados pelo custo histórico, deduzidos das respectivas amortizações. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificadores.

A amortização dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil-econômica remanescente em anos ou ao prazo da autorização, dos dois o menor.

## 10.2. Composição e movimentação

	Consolidado		
	Licença ambiental	Desenvolvimento de projetos	Total
<b>Taxa média anual de amortização</b>	<b>0,0%</b>	<b>3,2%</b>	
<b>(A) Intangível em curso</b>			
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	77.644	77.644
Adições	565		565
Transferências	-	(76.538)	(76.538)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>565</b>	<b>1.106</b>	<b>1.671</b>
<b>(B) Intangível em serviço</b>			
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	-
Transferências	-	76.538	76.538
Amortização	-	(2.426)	(2.426)
<b>Custo</b>	<b>-</b>	<b>76.538</b>	<b>76.538</b>
<b>Amortização acumulada</b>	<b>-</b>	<b>(2.426)</b>	<b>(2.426)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>-</b>	<b>74.112</b>	<b>74.112</b>
<b>(A+B) Intangível líquido</b>	<b>565</b>	<b>75.218</b>	<b>75.783</b>

	Consolidado
	Desenvolvimento de projetos
<b>Intangível em curso</b>	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.106
Adições	76.538
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>77.644</b>

## 10.3. Itens que compõem o intangível

### 10.3.1. Licença ambiental

Referem-se às obrigações legais e regulatórias relacionadas à obtenção, renovação e manutenção das licenças ambientais necessárias para a operação das atividades da Companhia, conforme exigências dos órgãos ambientais competentes.

### 10.3.2. Desenvolvimento de projetos

Se trata de gastos pré-operacionais realizados nas Controladas a serem capitalizados e amortizados pelo prazo da autorização.

## 11. Fornecedores

### 11.1. Política contábil

Fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens, encargos de uso da rede, materiais e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, fornecedores e outras contas a pagar são apresentados como passivo não circulante.

Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, considerando o prazo de pagamento, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

### 11.2. Composição

	Controladora	
	2025	2024
	Circulante	Circulante
Materiais e serviços contratados	4	6
	<b>4</b>	<b>6</b>

	Consolidado	
	2025	2024
	Circulante	Circulante
Materiais e serviços contratados	15.668	127.823
Encargos de uso da rede elétrica	1.897	1.795
Tust	1.897	1.795
	<b>17.565</b>	<b>129.618</b>

Tust – Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão

## 12. Encargos setoriais

As obrigações a recolher provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro.

### 12.1. Composição

	Consolidado
	2025
	Circulante
TFSEE	89

### 12.2. Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica (TFSEE)

A TFSEE foi instituída pela Lei nº 9.427/1996, e equivale a 0,4% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizado do serviço público de energia elétrica. O valor anual da TFSEE é estabelecido pela Aneel com a finalidade de constituir sua receita e

destina-se à cobertura do custeio de suas atividades. A TFSEE fixada anualmente é paga mensalmente em duodécimos pelas concessionárias. Sua gestão fica a cargo da Aneel.

## 13. Partes relacionadas

### 13.1. Política contábil

As partes relacionadas, são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que eles estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia é controlada pela CTG Brasil, que detém 100% de suas ações. O controlador em última instância é a China Three Gorges Corporation uma empresa de energia estatal chinesa. Para todas as transações, as premissas contratuais são as definidas entre as partes.

### 13.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia é administrada pela CTG Brasil, responsável pelas despesas e pagamento do pessoal-chave da Administração.

### 13.3. Transações locais

As Controladas possuem contratos de venda de energia com a Coligada, a CTG NE.

Em 08 de abril de 2024, foi firmado contrato de compartilhamento de desembolsos relacionados a *Capex* entre todas as controladas:

Arinos C1	Arinos C2	Arinos C32	Arinos C4	Arinos C8	Arinos C9	Arinos C10
-----------	-----------	------------	-----------	-----------	-----------	------------

O contrato segue a Resolução Normativa nº 948, de 16 de novembro de 2021, que estabelece regras e critérios e dispensa a anuência prévia da Aneel. Em 28 de abril de 2025, foi celebrado o primeiro aditivo a este contrato, ampliando seu escopo para incluir também os desembolsos relacionados a *Opex* e para fins de divulgação no consolidado os efeitos são eliminados.

#### 13.3.1. Saldos

	Consolidado	
	2025	2024
	Ativo	Ativo
	Circulante	Circulante
CTG Brasil Negócios de Energia Ltda.	7.194	5.826

#### 13.3.2. Resultado

	Consolidado	
	2025	2024
	Venda de energia	Venda de energia
CTG Brasil Negócios de Energia Ltda.	111.689	17.669

## 14. Provisões para descomissionamento de ativos

### 14.1. Política contábil

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – e o CPC 27 – Ativo Imobilizado, a Companhia reconhece provisões relacionadas às obrigações de descomissionamento, desmontagem e retirada de ativos ao final de sua vida útil ou quando houver obrigação formal de restaurar as áreas utilizadas. Essas obrigações representam compromissos presentes decorrentes da operação dos ativos e são mensuradas com base no valor presente dos custos estimados para sua liquidação futura, considerando premissas técnicas, ambientais e operacionais estabelecidas pela administração.

Do ponto de vista ambiental, tais obrigações referem-se aos custos necessários para recuperar o meio ambiente para condições ecologicamente similares às existentes antes do início do empreendimento, ou para executar medidas compensatórias previamente acordadas com os órgãos reguladores, quando o retorno integral às condições originais não for possível. Essas obrigações surgem a partir da degradação ambiental inerente às operações ou do momento em que a Companhia assume compromissos formais perante autoridades ambientais.

O descomissionamento compreende a desmontagem e retirada definitiva de ativos quando estes forem permanentemente desativados, seja por paralisação, venda, alienação ou encerramento das operações. Os custos estimados abrangem, principalmente, atividades de desmantelamento, remoção de estruturas, reorganização da área afetada e recomposição ambiental, refletindo a melhor estimativa disponível para a realização das obrigações ao final da vida útil dos ativos.

O valor presente da obrigação é registrado como provisão e, simultaneamente, capitalizado ao custo do ativo correspondente, sendo depreciado ao longo de sua vida útil. A atualização da obrigação ocorre por meio da aplicação da taxa efetiva de desconto utilizada na mensuração inicial, reconhecida no resultado financeiro, em linha com os princípios do CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. A taxa de desconto é definida com base nas condições correntes de mercado e em instrumentos financeiros compatíveis com o prazo estimado para o descomissionamento, usualmente referenciados a títulos públicos indexados ao IPCA, como NTN-B, assegurando aderência às práticas previstas no ICPC 12.

As provisões são revisadas trimestralmente, ou sempre que houver alterações relevantes nas estimativas de custos, nos cronogramas de desmobilização ou nas premissas técnicas adotadas pela Administração. Em linha com o ICPC 12, as alterações na mensuração da provisão são refletidas no valor contábil do ativo imobilizado correspondente, quando aplicável. As reduções da provisão são limitadas ao valor contábil do ativo, sendo eventual excedente reconhecido imediatamente no resultado do período. Caso o ajuste implique aumento do valor do ativo, a Companhia avalia a necessidade de realização de teste de recuperabilidade, conforme previsto no CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

### 14.1.1. Composição e movimentação

	Consolidado		
	Principal	Ajuste a valor presente	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	-	-	-
Adições	2.133.357	(2.080.645)	52.712
Ajuste a valor presente	-	6.655	6.655
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>2.133.357</b>	<b>(2.073.990)</b>	<b>59.367</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	-	-	-
Não circulante	2.133.357	(2.073.990)	59.367
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>2.133.357</b>	<b>(2.073.990)</b>	<b>59.367</b>

## 15. Patrimônio líquido

### 15.1. Capital social subscrito e integralizado

As ações são classificadas como patrimônio líquido. Essas ações dão direito a voto e participação nos resultados da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.352.570, equivalentes a 1.352.570.000 (um bilhão trezentos e cinquenta e dois milhões, quinhentos e setenta mil) de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas.

Acionistas	2025 e 2024	
	Ações ordinárias	%
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	1.352.570.000	100,00

### 15.2. Reservas de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída como uma destinação dos lucros do exercício.

### 15.3. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital social da Companhia.

## 16. Receita operacional líquida

### 16.1. Política contábil

#### 16.1.1. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas Controladas. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

A Companhia e suas Controladas reconhecem a receita quando:

- i. O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- ii. É provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e suas Controladas;
- iii. Quando critérios específicos são atendidos para cada uma das atividades da Companhia e suas Controladas, conforme descrição a seguir:

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as eventuais contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia e suas Controladas baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia e suas Controladas reconhecem as receitas de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, que estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador e classifica em contratos bilaterais, no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Diretoria da Companhia, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.

#### 16.1.2. Receita de geração e comercialização no Ambiente de Contratação Livre (ACL)

Contratos negociados no ambiente de contratação livre, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais. Podem ser contratos de curto e longo prazo acordo com a estratégia interna da Companhia e suas Controladas.

	Consolidado	
	2025	2024
<b>Receita operacional bruta</b>		
Contratos ACL	129.552	17.669
<b>Total receita operacional bruta</b>	<b>129.552</b>	<b>17.669</b>
<b>Deduções à receita operacional</b>		
PIS e COFINS	(4.729)	(645)
	<b>(4.729)</b>	<b>(645)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>124.823</b>	<b>17.024</b>

## 17. Energia elétrica vendida e encargos de uso da rede

### 17.1. Energia elétrica vendida

	Consolidado			
	2025		2024	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos ACL	788.561	129.552	54.010	17.669

(\*) Não auditado pelos auditores independentes

## 17.2. Encargos de uso da rede elétrica

### 17.2.1. Política contábil

A Tust remunera o uso da Rede Básica, que é composta por instalações de transmissão com tensão igual ou superior a 230 kV. A parte de cada empresa do total do encargo é calculada com base em:

- i. valor comum a todos os empreendimentos (selo), referente a aproximadamente 80% do encargo da Tust, e
- ii. valor que considera a proximidade do empreendimento de geração em relação aos grandes centros consumidores no caso da geração ou a proximidade em relação aos grandes centros geradores no caso das distribuidoras ou consumidores livres (locacional), referente a aproximadamente 20% do encargo da Tust.

Os Encargos de conexão representam a remuneração pelo uso das instalações necessárias para conectar uma unidade consumidora ou geradora ao sistema elétrico de distribuição. O valor do encargo é definido pela Aneel, formalizado no Contrato de Conexão às Instalações de Distribuição (CCD) e pago pelo agente conectado durante a vigência do contrato.

	Consolidado	
	2025	2024
Tust	20.639	3.310
Encargos de conexão	50	-
	<b>20.689</b>	<b>3.310</b>

## 18. Resultado financeiro

### 18.1. Política contábil

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, registradas contabilmente em regime de competência e são representadas principalmente por rendimento de aplicações financeiras, variações monetárias e juros entre outras.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Receitas</b>				
Rendimento de aplicações financeiras	115	441	6.551	4.206
Variações monetárias	7	-	18	26
Atualização de créditos tributários	7	-	18	26
(-) PIS e COFINS	(6)	(20)	(6)	(20)
	<b>116</b>	<b>421</b>	<b>6.563</b>	<b>4.212</b>
<b>Despesas</b>				
Ajuste a valor presente (AVP)	-	-	(6.655)	-
AVP Descomissionamento de ativos	-	-	(6.655)	-
Outras despesas financeiras	-	(1)	(34)	(48)
	-	(1)	(6.689)	(48)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>116</b>	<b>420</b>	<b>(126)</b>	<b>4.164</b>

## 19. Apuração do imposto de renda e contribuição social e tributos diferidos

### 19.1. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

#### 19.1.1. Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes.

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora					
	2025			2024		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
<b>Resultado antes do IRPJ e CSLL</b>		<b>34.219</b>			<b>11.549</b>	
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
<b>IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação</b>	<b>(8.555)</b>	<b>(3.080)</b>	<b>(11.635)</b>	<b>(2.887)</b>	<b>(1.039)</b>	<b>(3.926)</b>
<b>Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva</b>						
Equivalência patrimonial de controladas	8.547	3.077	11.624	2.817	1.014	3.831
Outras (adições) exclusões permanentes, líquidas	4	-	4	23	-	23
<b>Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado</b>	<b>(4)</b>	<b>(3)</b>	<b>(7)</b>	<b>(47)</b>	<b>(25)</b>	<b>(72)</b>
IRPJ e CSLL correntes	4	3	7	47	25	72
<b>Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>7</b>	<b>47</b>	<b>25</b>	<b>72</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,4%</b>	<b>0,2%</b>	<b>0,6%</b>

	Consolidado					
	2025			2024		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
<b>Resultado antes do IRPJ e CSLL</b>		<b>40.237</b>			<b>13.208</b>	
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
<b>IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação</b>	<b>(10.059)</b>	<b>(3.621)</b>	<b>(13.680)</b>	<b>(3.302)</b>	<b>(1.189)</b>	<b>(4.491)</b>
<b>Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva</b>						
Diferença por tributação de lucro presumido em controladas	6.013	1.639	7.652	2.101	635	2.736
Outras (adições) exclusões permanentes, líquidas	3	-	3	24	-	24
<b>Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado</b>	<b>(4.043)</b>	<b>(1.982)</b>	<b>(6.025)</b>	<b>(1.177)</b>	<b>(554)</b>	<b>(1.731)</b>
IRPJ e CSLL correntes	4.043	1.982	6.025	1.177	554	1.731
<b>Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado</b>	<b>4.043</b>	<b>1.982</b>	<b>6.025</b>	<b>1.177</b>	<b>554</b>	<b>1.731</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>10,0%</b>	<b>4,9%</b>	<b>15,0%</b>	<b>8,9%</b>	<b>4,2%</b>	<b>13,1%</b>

## 20. Lucro por ação

O cálculo do lucro líquido por ação é realizado através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício.

Os quadros a seguir apresentam os dados de resultados e ações utilizadas no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	Controladora	
	2025	2024
<b>Numerador</b>		
<b>Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia</b>		
Lucro líquido do exercício	34.212	11.477
<b>Denominador (Média ponderada de números de ações)</b>		
Ações ordinárias	1.352.570	1.205.237
<b>Resultado básico e diluído por ação</b>	0,02529	0,00952

## 21. Instrumentos financeiros

### 21.1. Política contábil

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

### 21.2. Classificação

A Companhia e suas Controladas podem classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- i. Mensurados ao valor justo através do resultado;
- ii. Mensurados ao custo amortizado;

A Diretoria determina a classificação de seus ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial, dependendo do modelo de negócio e da finalidade para a qual o ativo ou passivo financeiro foi adquirido.

Mensurado ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes) e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras e operacionais, usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/ (perdas). As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

A Companhia e suas Controladas não operam com derivativos e, também, não aplica a metodologia denominada contabilidade de operações de *hedge* (*hedge accounting*).

### 21.3. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual a Companhia e suas Controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia e suas Controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

### 21.4. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-lo, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### 21.5. Mensuração do valor justo na data da aquisição

A Companhia e suas Controladas mensuram seus instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo na data da aquisição, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para o cálculo do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis, de forma a minimizar o uso de dados não observáveis.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que a Companhia e suas Controladas possam ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente; e
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo não esteja disponível.

As operações da Companhia e suas Controladas compreendem a geração e a venda de energia elétrica. As vendas são efetuadas através dos denominados “contratos bilaterais”, assinados em período posterior ao início das operações das controladas, que determinam a quantidade e o preço de venda da energia elétrica. O preço é reajustado anualmente pela variação do IGP-M e/ou IPCA. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia estão descritos na nota explicativa nº 4.

Todos os contratos têm cláusulas que permitem a Companhia e suas Controladas cancelar o contrato e a entrega de energia no caso de não cumprimento dos termos do contrato.

## 21.6. Instrumentos financeiros no balanço patrimonial

### 21.6.1. Considerações gerais

A Companhia e suas Controladas participam de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado e de moeda. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, minimizando a exposição em suas operações.

Os principais instrumentos financeiros estão representados por:

Natureza	Classificação	Hierarquia do valor justo	Consolidado			
			2025		2024	
			Valor contábil	Valor a mercado	Valor contábil	Valor a mercado
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixas e bancos	Custo amortizado	-	216	216	330	330
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	74.188	74.188	53.974	53.974
Clientes	Custo amortizado	-	5.175	5.175	-	-
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	7.194	7.194	5.826	5.826
			<b>86.773</b>	<b>86.773</b>	<b>60.130</b>	<b>60.130</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores	Custo amortizado	-	17.565	17.565	129.618	129.618
Encargos setoriais	Custo amortizado	-	89	89	-	-
			<b>17.654</b>	<b>17.654</b>	<b>129.618</b>	<b>129.618</b>

## 22. Seguros

A CTG Brasil mantém contratos de seguros, que englobam a Arinos Renováveis S.A., levando em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos e/ou responsabilidades sua e de suas Controladas. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

Apólices	Vigência	Limite máximo de indenização (*)
<b>Cobertura operacional</b>		
Risco operacional	04/08/2025 a 04/08/2026	1.000.000
Responsabilidade civil	04/08/2025 a 04/08/2026	140.000
Responsabilidade civil ambiental	04/08/2025 a 04/08/2027	110.000
Responsabilidade civil para diretores e executivos	08/12/2025 a 08/12/2026	150.000
<b>Construção Arinos Energias Renováveis</b>		
Risco operacional	04/09/2025 a 04/09/2026	1.186.666

(\*) Não auditados pelos auditores independentes

## 23. Transações não caixa

	Consolidado	
	2025	2024
Provisão para descomissionamento de ativos	52.712	-
Compensação de adiantamentos de imobilizado	301.428	-

## Membros da Governança

### Diretoria Estatutária

Nome	Cargo
Lucas Cardoso Sanchez	Diretor Executivo
Changjing Li	Diretor Executivo
Rodrigo Teixeira Egreja	Diretor Executivo
Ana Carolina de Souza Medina	Diretora Executiva

Antônio dos Santos Entraut Junior
Contador - CRC PR-068461/O-1

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da  
Arinos Energias Renováveis S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Arinos Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Arinos Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Desempenho Econômico-Financeiro, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

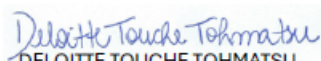
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

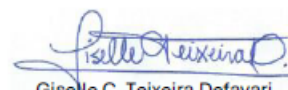
## Deloitte.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

  
Giselle C. Teixeira Defavari  
Contadora  
CRC nº 1 SP 264857/O-6